Conclusões da Reunião de 18de janeiro de 2012

No dia 18 de janeiro de 2011, pelas 9H30, reuniu, a Comissão Especializada de Planeamento e Assuntos Financeiros, na Sala de Reuniões da Reitoria, Largo do Paço, com a presença dos membros Lúcia Lima Rodrigues, que presidiu, António Cadima Ribeiro e Pedro Catão Pinheiro.

Justificaram a ausência o Prof. Jorge Pedrosa e o Dr. João Salgueiro, tendo no entanto demonstrado disponibilidade para receber o relato e dar os seus contributos por email sobre o assunto.

Ponto Único: Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da UMinho – 2012 e Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM – 2012

A Coordenadora da Comissão, Professora Lúcia Rodrigues abriu a sessão dando conta do imprevisto que tinha impedido o Professor Jorge Pedrosa de estar presente na reunião.

Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento da UMinho – 2012

Antes de entrar na análise dos documentos, a Comissão decidiu manifestar a sua preocupação pelo facto de ter sido reduzida a componente do OE para a UMinho, de forma tão significativa, o que obrigará a um controlo rigoroso das despesas, assim como a um esforço suplementar para a captação de receitas próprias.

Os membros da comissão reconheceram portanto que a preparação e elaboração do plano de atividades e orçamento, nestas circunstâncias, não é um exercício simples nem definitivo.

Sugeriram ainda que, no futuro, sempre que sejam apresentadas versões mais atualizadas dos documentos, as alterações efetuadas deveriam ser realçadas de modo a que, no contexto de análise, seja de evitar proceder à leitura completa do documento.

Expressaram ainda a opinião que, embora se tenham registado progressos significativos em matéria de *accountability* e de transparência entre os anos 2010-2011, o Relatório de Atividades e Orçamento deste ano não traduziu um progresso do mesmo nível (embora se registem progressos nos pontos "5.1- Estrutura da Receita", "5.3- Estrutura Financeira" e no que respeita às

Transferências para as UOIE), progresso que se aguardava no contexto da implementação da contabilidade analítica/gestão, tal como salientado no Memorandum do ano anterior.

Entenderam os membros desta comissão questionar as razões por que não foi implementado o sistema de contabilidade analítica, e saber, nomeadamente, se existe algum grupo de trabalho responsável pela sua implementação.

Salientaram que, embora este ano seja feita menção às UOEI, que são os "motores" da UMinho em termos de ensino e investigação, tal como referido no ano anterior, os objetivos apresentados e o plano de receitas estão aquém do esperado, aspeto que é condicionado pela inexistência da contabilidade analítica. Consideraram que continua a verificar-se alguma desarticulação entre as atividades expressas e o orçamento; bem como a falta de um sistema de objetivos com metas e indicadores mensuráveis, desagregados por Unidade Orgânica de Ensino e Investigação e Serviços da UMinho. Foi entendido que essa definição/programação permitiria maior perceção do orçamento e o acompanhamento entre o cumprimento das metas e a ligação com a estratégia que venha a ser definida.

Em relação à meta definida para a redução de custos com a aquisição de Bens e Serviços, cuja previsão é de 43%, a Comissão considerou ser uma meta muito exigente.

Relativamente à transparência do documento apresentado, foi ainda salientado como positivo o facto de ser apresentado, em anexo, um exercício detalhado de análise sobre o grau de execução das metas que tinham sido propostas e calendarizadas para 2011.

A Comissão decidiu apontar algumas notas específicas, as quais gostaria de ver esclarecidas, com vista a um aumento da transparência do documento. Por exemplo:

- no Gráfico 1 – *Dotação de Orçamento de Estado*, o valor executado em 2011 está claramente abaixo do valor orçamentado;

- O Gráfico 3, aparentemente, denota alguma contradição com o enunciado, já que, em termos de expetativa da receita surge em crescendo e a execução é menor;

- Figura 7, a Comissão gostaria de saber se os valores das receitas próprias estão a ser calculados de acordo com a legislação da Contabilidade Nacional (SEC 95). Se sim, tal facto devia ser

explicitado no documento pela pertinência que tem o aumento na pretensão de virmos a ser Fundação;

- No quadro apresentado na página 40 do documento, intitulado: *UMinho Orçamento Despesa – Transferência Correntes*, gostariam de perceber a razão de ser do valor de transferência compensatória de 350.000€ para os SASUM (este montante não aparece de forma consistente nos quadros);

- no mesmo quadro, o valor de 2.200.664€ de transferências para entidades não lucrativas não tem qualquer explicação, nomeadamente sobre as instituições beneficiárias (que recebem estes apoios);

- no ponto *5.3. - Estrutura Financeira*, conviria saber a base de imputação da distribuição de verbas pelas UOEI, de forma a tornar claro porque houve aumentos ou reduções em algumas UOEI;

- nos quadros constantes das páginas 60-61, torna-se difícil perceber os anos a que correspondem. Embora, após uma leitura mais atenta, se perceba que a página 60 se reporta ao ano de 2011, e a página 21 ao ano 2012, esta informação devia ser apresentada de forma a ser de leitura imediata.

Finalmente, a Comissão entendeu reafirmar a posição assumida anteriormente, de que seria útil que a Reitoria prestasse informações periódicas ao Conselho Geral, preferencialmente trimestrais, à semelhança do que faz para com a tutela (governo).

Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM – 2012

Quanto ao Plano de Atividades e Orçamento dos SASUM – 2012, a Comissão apreciou os documentos, reafirmando que em termos de gestão os Serviços de Acção Social da UMinho não só cumprem com o POC-Educação como são muito avançados em termos de gestão estratégica. É muito positivo ver como fazem uma integração perfeita entre o orçamento e a estratégia, tal como é recomendado tecnicamente. A leitura do documento permite perceber que existe controlo de gestão.

Registaram com grande satisfação que as recomendações constantes do memorando da Comissão Especializada, referente ao ano 2010, foram acolhidas na sua generalidade, nomeadamente na apresentação do orçamento desagregado por atividades dos Serviços, e muito contribuiu para o aumento da transparência e a "accountability" dos serviços.